

ACTA NÚMERO 20/XII/ 1.ª SL

Aos 16 dias do mês de Novembro de 2011, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala do Plenário do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros
[no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei 27/XII/1.ª
que aprova o Orçamento do Estado para 2012]

II PARTE

1. Apreciação e votação da Acta n.º 19/XII/2011;
2. Informações;
3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
 - Relatório e parecer da Comissão de Educação, Ciência e Cultura sobre o LIVRO VERDE sobre a distribuição em linha de obras audiovisuais na União Europeia - Rumo a um mercado único digital: oportunidades e desafios [COM(2011)427]. Deputado Autor de Parecer: Francisco de Assis (PS).
 - Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera determinados regulamentos relativos à política comercial comum no que diz respeito à atribuição de poderes delegados para a adopção de certas medidas [COM(2011)349]. Deputada Autora de Parecer: Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD).
 - Relatório e parecer da Comissão de Educação, Ciência e Cultura sobre o RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Avaliação Intercalar do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida [COM(2011)413]. Deputada Autora de Parecer: Maria Helena André (PS).
 - Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição da União Europeia sobre o projecto

de regulamento da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas relativo à segurança dos peões e ao projecto de regulamento da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas relativo às fontes de iluminação por diodo emissor de luz (LED) e respectivas rectificações [COM(2011)435]. Deputado Autor de Parecer: José Lino Ramos (CDS-PP).

4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- Relatório e parecer da Comissão de Segurança Social e Trabalho sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um Programa da União Europeia para a Mudança e a Inovação Social [COM(2011)609];
- Relatório e parecer da Comissão de Segurança Social e Trabalho sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (2014-2020) [COM(2011)608];
- Relatório e parecer da Comissão de Segurança Social e Trabalho sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Fundo Social Europeu e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1081/2006 [COM(2011)607];
- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006, relativo aos agrupamentos europeus de cooperação territorial (AECT), no que se refere à clarificação, à simplificação e à melhoria da constituição e da implementação desses agrupamentos [COM(2011)610];
- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Fundo de Coesão e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1084/2006 do Conselho [COM(2011)612];
- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições específicas para o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ao objectivo de Cooperação Territorial Europeia [COM(2011)611];

- Relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar sobre a Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera os Regulamentos (CE) n.º 1290/2005 e (CE) n.º 1234/2007 do Conselho no que respeita à distribuição de géneros alimentícios às pessoas mais necessitadas da União [COM(2011)634];
 - Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a Proposta alterada de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece normas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo [COM(2011)320];
 - Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre o RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU com base no artigo 9.º da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de Julho de 2003, relativa ao combate à corrupção no sector privado [COM(2011)309];
 - Relatório e parecer da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder local sobre a Proposta de DIRECTIVA DO CONSELHO que altera a Directiva 1999/31/CE do Conselho no que respeita a critérios específicos relativos à armazenagem de mercúrio metálico considerado resíduo [COM(2011)299].
5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito da apreciação do Relatório do Governo sobre a Participação de Portugal na União Europeia.
6. Apreciação do relatório referente à participação de uma delegação da Assembleia da República na Reunião interparlamentar: "O futuro da Política da Coesão após 2013 à luz de novas propostas legislativas" (representante da CAE - Deputada Maria Helena André).
7. Apreciação do relatório referente à participação de uma delegação da Assembleia da República na Reunião interparlamentar: "O controlo democrático da Estratégia de Segurança Interna e o papel da Europol, Eurojust e Frontex" (representante da CAE - Deputado Paulo Pisco).
8. Outros assuntos.

I PARTE

Audição do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

**[no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei 27/XII/1.^a
que aprova o Orçamento do Estado para 2012]**

A reunião decorreu conjuntamente com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP), competente em razão da matéria, e a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP).

O Sr. Presidente da COFAP, Deputado Eduardo Cabrita (PS), deu início à reunião, saudando o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e enquadrando a audição no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei 27/XII/1.^a que aprova o Orçamento do Estado para 2012. O Sr. Presidente passou, de seguida, a palavra ao Sr. Ministro, para uma intervenção inicial, após o que o Sr. Presidente da COFAP agradeceu a exposição e abriu a 1.^a ronda de questões. Intervieram nesta sede os Srs. Deputados Paulo Pisco (PS), Mónica Ferro (PSD), Carlos São Martinho (PSD), José Lino Ramos (CDS-PP), João Ramos (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Sr. Ministro respondido imediatamente após cada intervenção.

O Sr. Presidente da COFAP deu sequência, posteriormente, à segunda ronda de intervenções, na qual usaram da palavra os Srs. Deputados Basílio Horta (PS), Carlos Costa Neves (PSD), Carlos Alberto Gonçalves (PSD), João Serpa Oliva (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE). No período dedicado às intervenções de 2 minutos, utilizaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Pisco (PS), João Ramos (PCP), Ferro Rodrigues (PS) e Carlos Alberto Gonçalves (PSD). O Sr. Ministro interveio para responder, em bloco, às questões colocadas, tendo usado igualmente da palavra o Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

Na ronda final, intervieram os Srs. Deputados Gabriela Canavilhas (PS), António Rodrigues (PSD), Nuno Magalhães (CDS-PP), João Ramos (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE). O Sr. Presidente da COFAP passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

Terminada a audição, o Sr. Presidente da COFAP agradeceu ao Sr. Ministro pela apresentação e pelos esclarecimentos prestados, bem como às Sras. e Srs. Deputados pelas questões colocadas ao Governo. Nada mais havendo a discutir, foi encerrada a audição.

A audição foi integralmente gravada em suporte [áudio e vídeo](#), podendo as gravações ser acedidas através da página internet da Comissão de Assuntos Europeus.

II PARTE

A II Parte da reunião iniciou-se pelas 16:00 horas, na sala 6 do Palácio de S. Bento, tendo sido presidida pelo Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD).

O Sr. Presidente começou por informar que a audição, que chegou a estar agendada, com o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros sobre as conclusões da formação do Conselho da União Europeia relativa aos Negócios Estrangeiros não tinha ocorrido por iniciativa da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, que considerou que a primeira audição se tinha prolongado e que não seria oportuno a realização da referida audição. Atendendo a que a iniciativa desta audição tinha sido da 2.^a comissão parlamentar, não foi colocado qualquer óbice a esse cancelamento.

1. Apreciação e votação da Acta n.º 19/XII/2011;

A Acta n.º 19/XII/2011 relativa à reunião de 8 de Novembro de 2011 foi apreciada e aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

2. Informações;

O Sr. Presidente informou os membros da Comissão que relativamente às propostas de resolução n.ºs 2/XII e 4/XII, referentes ao Acordo-Quadro e ao Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e a Coreia, respectivamente, e após a Comissão permanente competente ter aprovado os respectivos pareceres, o Sr. Deputado Alberto Costa, Deputado Autor do Parecer na Comissão de Assuntos Europeus, teria concordado e proposto que, atendendo à conclusão do processo de ratificação, o procedimento não prosseguisse nesta Comissão e que o mesmo se desse por concluído. Esta sugestão não colheu qualquer objecção.

De seguida, o Sr. Presidente deu conta das conclusões do Grupo de Trabalho sobre o escrutínio de iniciativas europeias. Informando a Comissão de que o Grupo de Trabalho

concluiu que deveria ser reiterada a disposição constante da referida Metodologia, segundo a qual, como regra geral, há expectativa de escrutínio das iniciativas legislativas, e de não escrutínio das restantes iniciativas (bem como de posterior informação à CAE sobre a decisão a elas referente), o que não obsta à opção de cada Comissão, nomeadamente em consequência da avaliação da relevância política, quanto ao escrutínio das iniciativas que lhe sejam remetidas. Deu conta ainda que, semanalmente, o Gabinete de Apoio à Comissão enviará para conhecimento dos Coordenadores dos Grupos Parlamentares na CAE, a lista de iniciativas remetidas às Comissões parlamentares permanentes competentes, em razão da matéria, para eventual manifestação de interesse de escrutínio de determinada(s) iniciativa(s), no caso de a Comissão respectiva deliberar não o efectuar.

Por último, o Sr. Presidente informou que tinha dado conta das conclusões do Grupo de Trabalho, em sede de Conferência de Presidentes de Comissões Parlamentares. Do mesmo modo, informou a Comissão da iniciativa da Sra. Presidente da Assembleia da República de sugerir, através de carta dirigida aos Presidentes dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, a inclusão de um ponto na agenda da próxima Conferência de Presidentes de Parlamentos da União Europeia, que se realiza anualmente no primeiro semestre do ano, intitulado “A Crise da Unidade da União: que fazer?”.

3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- Relatório e parecer da Comissão de Educação, Ciência e Cultura sobre o LIVRO VERDE sobre a distribuição em linha de obras audiovisuais na União Europeia - Rumo a um mercado único digital: oportunidades e desafios [COM(2011)427]. Deputado Autor de Parecer: Francisco de Assis (PS).

O Sr. Deputado Francisco de Assis (PS) antes de iniciar a apresentação do seu Parecer, começou por fazer um comentário prévio, considerando que as iniciativas que são colocadas em consulta pública, designadamente, os Livros Verdes deveriam ser objecto de uma audição pública, onde pudessem ser ouvidos os interessados. Considerou que só desta forma a opinião expressa pela Assembleia da República neste âmbito poderia constituir uma mais valia.

De seguida, apresentou o seu parecer sobre o LIVRO VERDE sobre a distribuição em linha de obras audiovisuais na União Europeia - Rumo a um mercado único digital: oportunidades e desafios, realçando a importância desta matéria em geral e especificamente a problemática da protecção dos direitos de autor, a componente cultural, o acesso a estes conteúdos por pessoas com deficiência, os acervos cinematográficos e o combate à pirataria.

O Sr. Presidente da Comissão concordou com a sugestão de poderem ser realizadas audições públicas, mas considerou que estas devem ser organizadas aquando da disponibilização do documento de forma a posteriormente ser produzido o relatório e parecer da comissão parlamentar permanente competente e o parecer da Comissão de Assuntos Europeus.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) solicitou a palavra para levantar dúvidas sobre o facto do Parecer afirmar que o processo de escrutínio se encontra concluído.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) cumprimentou o Sr. Deputado Autor do Parecer pelo trabalho produzido, mas também pela reflexão efectuada sobre as consultas públicas, afirmando que a Comissão de Assuntos Europeus deve promover junto das comissões parlamentares permanentes a realização das referidas audições públicas. Nesse âmbito, aproveitou para reafirmar que, muitas vezes, as iniciativas não legislativas podem ser muito relevantes por indicarem o caminho que a Comissão Europeia vai prosseguir. Acrescentou que, no seu entender, este seria o momento para fazer valer objecções substanciais. Por ultimo, referiu que lhe causa alguma preocupação que o Grupo de Trabalho tenha concluído que, em princípio, as comissões parlamentares permanentes não escrutinam iniciativas não legislativas, porque isso pode impulsionar que algumas comissões se refugiem na excepção.

O Sr. Presidente sugeriu que a Comissão fosse informada sempre que um Livro Verde seja distribuído a uma comissão parlamentar permanente no sentido de poder avaliar se deverá ser impulsionada a realização de uma audição pública ou não.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) concordou com a exposição do Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) e reiterou a ideia de que em casos como este deveriam ser ouvidos os interessados, o que, aliás, permitiria reunir informação para o escrutínio

posterior das iniciativas legislativas, que fossem originadas a partir dessa consulta pública.

O Sr. Deputado João Lobo (PSD) deu os parabéns ao Sr. Deputado Autor do Parecer e aludiu ao peso na economia europeia das obras audiovisuais e concordou com a importância e relevância destas matérias.

O Sr. Deputado Francisco de Assis (PS) começou por referir que neste caso, manifestamente, não existe oportunidade para realizar uma audição pública e que incluiu a frase de que o processo de escrutínio se encontrava concluído, porque de facto sobre esta iniciativa nada mais poderá ser efectuado. Na eventualidade de a partir dela serem apresentadas propostas de actos legislativos, então fará sentido escrutinar essas iniciativas. Reiterou a ideia de que o Parlamento deveria considerar a realização das audições públicas sobre iniciativas em consulta pública o que permitira, por um lado, que o parecer da Assembleia da República reflectisse as opiniões dos interessados portugueses e, por outro lado, adiantaria trabalho para uma fase posterior em que fossem apresentadas iniciativas legislativas. Finalmente, concordou com o Sr. deputado Carlos Costa Neves (PSD) no sentido em que existem iniciativas não legislativas que podem ser mais relevantes que iniciativas legislativas e que, entre as primeiras, é importante realçar os Livros Verdes.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) suscitou algumas dúvidas sobre a finalidade do Grupo Trabalho.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) referiu que o Grupo de Trabalho concordou que a regra será o escrutínio de todas as iniciativas legislativas. As iniciativas não legislativas seriam avaliadas em conjunto pelas comissões parlamentares permanentes competentes em razão da matéria e pela Comissão de Assuntos Europeus, no sentido de aferir a sua relevância política. No que diz respeito aos Livros Verdes, seguem o mesmo princípio das iniciativas não legislativas, mas a Comissão de Assuntos Europeus e as restantes comissões devem estar despertas para a possibilidade de realizar uma audição pública sobre o tema.

O Sr. Presidente da Comissão propôs à Comissão que doravante o Gabinete de Apoio à Comissão informasse sobre a distribuição de Livros Verdes e que essa informação seria

transmitida à Comissão para avaliação do interesse de realização de uma audição pública. Esta proposta mereceu a concordância da Comissão. O Sr. Presidente da Comissão submeteu então a votação o Parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera determinados regulamentos relativos à política comercial comum no que diz respeito à atribuição de poderes delegados para a adopção de certas medidas [COM(2011)349]. Deputada Autora de Parecer: Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD).

A Sra. Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD) apresentou o Parecer por si elaborado, realçando que se encontra em causa a possibilidade da Comissão Europeia, através de actos delegados, poder regular determinadas aspectos da política comercial comum.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) pediu a palavra para sublinhar a questão dos actos delegados, que também na semana passada tinha sido abordada a propósito de outra iniciativa.

O Sr. Presidente da Comissão submeteu então a votação o Parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

- Relatório e parecer da Comissão de Educação, Ciência e Cultura sobre o RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Avaliação Intercalar do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida [COM(2011)413]. Deputada Autora de Parecer: Maria Helena André (PS).

A Sra. Deputada Maria Helena André (PS) apresentou o seu Parecer, realçando a importância do Programa em questão.

Não existindo inscrições, o Sr. Presidente da Comissão submeteu a votação o Parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição da União Europeia sobre o projecto de regulamento da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas relativo à segurança dos peões e ao projecto de regulamento da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas relativo às fontes de iluminação por diodo emissor de luz (LED) e respectivas rectificações [COM(2011)435]. Deputado Autor de Parecer: José Lino Ramos (CDS-PP).

O Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS-PP) apresentou sucintamente o seu parecer, referindo os aspectos principais da iniciativa..

Não existindo inscrições, o Sr. Presidente da Comissão submeteu a votação o Parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- Relatório e parecer da Comissão de Segurança Social e Trabalho sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um Programa da União Europeia para a Mudança e a Inovação Social [COM(2011)609];

Esta iniciativa coube ao Grupo parlamentar do BE, que não se encontrava presente na reunião, tendo o Sr. Presidente considerado que seria indicado provisoriamente como Autora do Parecer, a Sra. Deputada Ana Drago (BE), por ser a única Sra. Deputada efectiva do BE. Esta designação deveria ser posteriormente confirmada pelo BE.

- Relatório e parecer da Comissão de Segurança Social e Trabalho sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (2014-2020) [COM(2011)608];

O Grupo Parlamentar do CDS-PP indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS-PP).

- Relatório e parecer da Comissão de Segurança Social e Trabalho sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Fundo Social Europeu e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1081/2006 [COM(2011)607];

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autora do Parecer, a Sra. Deputada Maria Helena André (PS).

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006, relativo aos agrupamentos europeus de cooperação territorial (AECT), no que se refere à clarificação, à simplificação e à melhoria da constituição e da implementação desses agrupamentos [COM(2011)610];

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autora do Parecer, a Sra. Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PS).

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Fundo de Coesão e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1084/2006 do Conselho [COM(2011)612];

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Duarte Marques (PSD).

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições específicas para o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ao objectivo de Cooperação Territorial Europeia [COM(2011)611];

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autora do Parecer, a Sra. Deputada Maria Helena André (PS).

- Relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar sobre a Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera os Regulamentos (CE) n.º 1290/2005 e (CE) n.º 1234/2007 do Conselho no que respeita à distribuição de géneros alimentícios às pessoas mais necessitadas da União [COM(2011)634];

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD).

- Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a Proposta alterada de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece normas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo [COM(2011)320];

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autora do Parecer, a Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS).

- Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre o RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU com base no artigo 9.º da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de Julho de 2003, relativa ao combate à corrupção no sector privado [COM(2011)309];

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado António Rodrigues (PSD).

- Relatório e parecer da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder local sobre a Proposta de DIRECTIVA DO CONSELHO que altera a Directiva 1999/31/CE do Conselho no que respeita a critérios específicos relativos à armazenagem de mercúrio metálico considerado resíduo [COM(2011)299].

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Sérgio Azevedo (PSD).

5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito da apreciação do Relatório do Governo sobre a Participação de Portugal na União Europeia.

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS).

6. Apreciação do relatório referente à participação de uma delegação da Assembleia da República na Reunião interparlamentar: "O futuro da Política da Coesão após 2013 à luz de novas propostas legislativas" (representante da CAE - Deputada Maria Helena André).

A Sra. Deputada Maria Helena André (PS) apresentou o Relatório sobre a sua participação em conjunto com o Sr. Deputado Pedro Saraiva (PSD) da 6.^a Comissão, realçando a importância desta matéria para Portugal.

7. Apreciação do relatório referente à participação de uma delegação da Assembleia da República na Reunião interparlamentar: "O controlo democrático da Estratégia de Segurança Interna e o papel da Europol, Eurojust e Frontex" (representante da CAE - Deputado Paulo Pisco).

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) apresentou o Relatório sobre a sua participação nesta reunião interparlamentar, na qual também esteve presente o Sr. Deputado Hugo Velosa (PSD) da 1.^a Comissão.

8. Outros assuntos.

Antes de encerrar a reunião o Sr. Presidente da Comissão informou ainda que foi remetida ao Governo para apresentar eventuais objecções uma acta de rectificação do Tratado de Lisboa e dos protocolos a ele anexos, a qual menciona apenas questões de forma e não suscita qualquer questão material.



Comissão de Assuntos Europeus

A reunião foi encerrada às 17:30 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de Novembro de 2011.

O PRESIDENTE

PAULO MOTA PINTO

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
António Rodrigues
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Marques
Francisco de Assis
Honório Novo
João Lobo
João Serpa Oliva
José Manuel Rodrigues
Maria Ester Vargas
Maria Helena André
Nuno Filipe Matias
Paulo Mota Pinto
Pedro Silva Pereira
Rosa Maria Albernaz
Sérgio Azevedo
Vitalino Canas
António Serrano
João Rebelo
José Lino Ramos
Laura Esperança
Lídia Bulcão
Maria José Moreno
Paulo Pisco
Pedro do Ó Ramos
Sérgio Sousa Pinto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Drago